

DONALD PIERSON

*Ex-Professor de Sociologia e de Antropologia Social da
Escola de Sociologia e Política de São Paulo (anexa à
Universidade de São Paulo)*

BRANCOS E PRÊTOS NA BAHIA

(Estudo de contacto racial)

Introdução de

ARTHUR RAMOS

e

ROBERT E. PARK

Segunda edição,

inteiramente revista e com uma nova introdução
preparada pelo autor especialmente para esta edição.



Baiana de ascendência africana.



TOMBO...: 36349



BIBLIOTECA DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS SOCIAIS-USP

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

CAPÍTULO XII

BRANCOS E PRÊTOS NA BAHIA

Este estudo trata de algumas das conseqüências do maior movimento de população de toda a história, isto é, da série de migrações associadas à "Expansão da Europa Ocidental". Park¹, McKenzie² e outros já mostraram a cadeia de circunstâncias ocasionadas por esta expansão que, na verdade, produziu a maior parte do que se caracteriza o nosso mundo moderno.

A "Expansão da Europa" foi um processo histórico distinto. Constituiu uma era da história mundial que teve início definido e que já, na época da nossa pesquisa, como Park tinha mostrado³, estava terminada — ou quase. Tem, portanto, um caráter unitário que a torna passível de ser estudada como qualquer outro "objeto natural". Além disso, pode ser comparada, porque movimentos outros semelhantes surgiram durante a história, como, por exemplo, a marcha árabe através da África do Norte, assim como as migrações maometanas pelas passagens do Himalaia até as planícies do norte da Índia, e as chamadas invasões "bárbaras" do Império Romano. Portanto, a "Expansão da Europa Ocidental" não é um fenômeno único e pode, com proveito, ser comparada a outros casos do mesmo gênero.

O presente estudo foi orientado de acordo com esse ponto de vista geral, mas trata, especificamente, apenas de uma área da colonização européia, isto é, a Bahia. Procurou "explorar" um exemplo particular de contacto racial e cultural e descrevê-lo em

(1) Robert E. PARK, "Race Relations and Certain Frontiers", *Race and Culture Contacts*, org. por E. B. REUTER (Nova York, 1934), p. 57-85; "Introduction", Andrew W. LIND, *An Island Community, Ecological Succession in Hawaii* (Chicago, 1938).

(2) R. D. MCKENZIE, "Industrial Expansion and the Inter-relations of Peoples", *Race and Culture Contacts*, p. 1933.

(3) "Introduction", LIND, *op. cit.*, x-xi.

têrmos tais que o tornassem comparável a outros casos de contacto racial ou cultural em outras partes do mundo.

Especialmente significativo é o fato de que no Brasil — embora provavelmente os africanos tenham sido importados em maior número do que para qualquer outra região do Novo Mundo, e embora tenham constituído, em determinado período, a maioria da população em centros de concentração africana, como por exemplo a Bahia — o negro, como unidade racial, parece estar gradual, mas inevitavelmente, desaparecendo assim como tem desaparecido, na Bahia, e em vários outros lugares do Brasil o índio, antes dêle. Em toda a história brasileira, parece que a tendência foi para a absorção gradual pela população predominantemente de origem européia, de todos os outros elementos.

É verdade que na Bahia os mestiços estão aumentando em número, mas seu aumento parece ser feito à custa do africano que vai desaparecendo e não do europeu. Também não existe, na Bahia, a tendência para formar um grupo mestiço autoconsciente e de características físicas relativamente fixas, como os Macaneses ou os *Cape Coloured*, da África do Sul. Em lugar disso, os mestiços parecem absorver gradualmente os negros, enquanto, por sua vez, estão sendo continuamente incorporados à população predominantemente de origem européia.

No desenvolvimento desta tendência geral para amalgamar e assimilar todas as minorias raciais, as circunstâncias e as condições da colonização desempenharam papel importante. Diversamente do que se passou na colonização inglesa dos Estados Unidos, poucas mulheres inigraram da Europa para o Brasil durante o primeiro século de colonização. Até que se conseguissem condições estáveis e distribuição normal dos sexos, a coabitação com mulheres indígenas era comum. Dêste modo se conseguiu uma população bastante grande para colonizar com sucesso a nova fronteira cultural, apesar de Portugal não poder fornecê-la devido ao esgotamento de seus já escassos recursos, na conquista e manutenção de seu vasto Império do Oriente.

Quando, em 1549, Tomé de Sousa fundou a primeira colônia permanente na Bahia, já encontrou, no lugar, como vimos, um número considerável de mestiços descendentes de marinheiros e aventureiros portugueses que desde alguns anos viviam com os índios. Tanto quanto o permitia o limitado número de mestiças, os homens de Tomé de Sousa procuraram companheiras entre estas; outros cruzaram-se com mulheres indí-

genas puras. Essas uniões inter-raciais, como aconteceu em Goa, Índia, e demais lugares dos domínios portugueses do Oriente, foram mais tarde encorajadas, de acôrdo com a orientação política do governo português. Além disso, a Igreja Católica "regularizou-as em casamentos cristãos", como bem disse Freyre, dando, assim, sua poderosa sanção aos cruzamentos inter-raciais, e estendendo o contrôle e a disciplina da Igreja aos pais e filhos. Em outras palavras, a tradição do cruzamento inter-racial tornou-se firmemente estabelecida nos *mores*⁴ coloniais do Brasil.

Parece que os numerosos mestiços que surgiram eram melhor adaptados ao clima tropical que seus pais portugueses, e, dêste modo, ajudaram materialmente a sobrevivência da população européia com a qual, pelo prestígio desta, procuraram identificar-se sendo gradualmente absorvidos biológica e culturalmente.

Este caso de uniões inter-raciais, durante os dias precários da colonização, não é único na história da expansão européia. Parece, na verdade, ter sido fenômeno universal sempre que houve distribuição desigual dos sexos. De um modo geral, como já indicamos, a colonização dos Estados Unidos não se incluiu em tais casos. Mas a colonização da África do Sul pelos holandeses e a da Índia, a princípio pelos ingleses, foram feitas em circunstâncias semelhantes. Em cada um desses casos foram concedidos aos mestiços o tratamento e a "carreira" que usualmente cabem aos descendentes de pais cujos sentimentos de família não se chocam com os sentimentos de casta estabelecidos nos *mores* locais. Numa fronteira cultural, novas sociedades estão sendo formadas; e os *mores* que surgem, e que se cristalizam em comportamento costumeiro e tradicional, resultam das respostas espontâneas e não planejadas de seres humanos para com as circunstâncias e necessidades de sua época e lugar.

Porém a semelhança entre êstes três casos de colonização européia — a da Índia, a da África do Sul e a do Brasil — desapareceu gradualmente com o desenvolvimento subsequente das respectivas colônias. Na Índia, novas circunstâncias como, por exemplo, a chegada de mulheres européias, alteraram a situação original, de tal modo que os cruzamentos e os casamentos inter-raciais chegaram a ser mal vistos, e, finalmente, perderam toda sanção

(4) Os costumes podem ser divididos em *folkways* e *mores*. Surgem, a princípio como *folkways* e tornam-se *mores* por meio do acréscimo de uma convicção de serem êles necessários para o bem-estar comum. Ver William Graham SUMNER, *Folkways* (Boston, 1906), traduzido para o português e publicado na Biblioteca de Ciências Sociais, dirigida por Donald Pierson para a Livraria Martins Editora de São Paulo, 1950.

moral. Aliás, os mestiços chegaram a ser desprezados por ambos os grupos de ascendentes. Na África do Sul, quando a Colônia do Cabo se estabeleceu firmemente e a maioria das mulheres holandesas, chegadas da Europa, conseguiu livrar-se das concubinas nativas, a atitude dessa comunidade mudou de tal modo, que há muito tempo podia-se dizer que "não existe determinação mais firme de preservar a integridade racial que a existente entre os descendentes desses primeiros colonizadores holandeses, dos huguenotes franceses e dos imigrantes alemães, vindos ulteriormente, que se misturaram com os primeiros para formar os Boers"⁵.

No Brasil, porém, além de alguns casos esporádicos nas classes "superiores", as atitudes em relação aos cruzamentos inter-raciais surgidas durante o período colonial em reação a exigências da fronteira cultural portuguesa, não parecem ter mudado seriamente. A tendência para a absorção de todos os variados elementos raciais parece ter sido uma característica persistente da sociedade brasileira, durante todos os séculos de sua existência, até hoje.

A persistência de um costume não é fenômeno que necessita de explicação, porque é um *datum* da ciência social. É a mudança, e não a continuidade, que precisa ser explicada. Embora não se modificassem os *mores* brasileiros, a introdução de mulheres européias provocou, naturalmente, uma modificação nas condições e nas circunstâncias da vida brasileira; e, portanto, logicamente, seria de se esperar que também ocorresse modificação na ordem social.

Em todo caso, as razões para uma diferente terminação no Brasil, não são muito claras, constituindo, pois, um problema para futura investigação. Uma das dificuldades para sua solução é a relativa escassez de informações disponíveis sobre a "história social" do Brasil. Até a época em que intelectuais como Gilberto Freyre começaram a exumar, dos volumosos documentos do passado, alguma compreensão das relações pessoais que caracterizaram os períodos colonial e imperial — os historiadores tiveram sua atenção limitada, em maior parte, aos aspectos políticos, econômicos, militares e administrativos da história brasileira. Existe, entretanto, como é natural, uma considerável bibliografia escrita por visitantes estrangeiros, entre os quais alguns cientistas, artistas e estudiosos bastante capazes, como por exemplo J. B. von Spix, C. F. P. von Martius, J. B. Debret, Wied-Neuwied, Maurice Ru-

gendas, Henry W. Bates, Richard Burton, Louis Agassiz, Príncipe Adalbert, e L. F. Tollenare, em que aparecem, muitas vezes, pertinentes observações e comentários. Infelizmente, porém, o trabalho desses homens limita-se quase exclusivamente ao século XIX.

Os documentos que tratam de um período anterior, como, por exemplo, as Cartas de Vilhena e de Nóbrega, e as obras de historiadores como Robert Southey, Heinrich Handelmann, e Francisco A. de Varnhagen, não nos fornecem informações suficientes para resolver este problema. Volumosos documentos em numerosos arquivos públicos e particulares, no Brasil e em Portugal, esperam ainda o manuseio cuidadoso de estudiosos.

Podê ser que na época em que as mulheres européias chegaram à Bahia em número considerável, a miscigenação, ajudada pela morte ocasionada pelos rigores da escravidão e pela introdução de moléstias européias, tivesse atingido tal ponto que os indígenas, como "grupo de minoria", tivessem desaparecido, ou quase desaparecido, de modo que o problema de uma competição séria com as concubinas indígenas não se apresentou às mulheres portuguesas recém-chegadas. Nessa época, entretanto, os africanos já começavam a chegar em grande número; e assim continuaram a vir, ainda, por muitas gerações. Entre eles, devia haver, desde o começo do tráfico, pelo menos algumas mulheres. A princípio, não houve, que se saiba, casamento com estas mulheres. Entretanto, a miscigenação era extensa, e os mestiços eram tratados com tolerância e consideração. Muitas uniões legais, especialmente com mulatas, surgiram mais tarde e foram socialmente aceitas.

Possivelmente, uma das circunstâncias que favoreceram os tipos diferentes de relações raciais no Brasil, como já nos sugeriram Nash, Freyre e outros, foi o contacto que os portugueses tiveram com os mouros, o que não aconteceu com os ingleses e holandeses. Dos costumes e tradições de seus conquistadores, os portugueses, durante os vários séculos de domínio mouro na Península Ibérica, adotaram pelo menos quatro elementos culturais, cuja presença nos *mores* do Brasil colonial talvez seja importante para a solução deste problema: a baixa "visibilidade" de cor; a prática do concubinato; a posição subordinada da mulher no lar; e a relativa falta de consciência de raça.

Podê ser, como afirmaram vários comentadores, que como os mouros e outros moometanos, os portugueses fôsem um povo, por assim dizer, "acromatópico"; isto é, que a percepção da cor e de outras diferenças raciais não fôsse nêles tão acentuada como,

(5) PARK, "Race Relations and Certain Frontiers", E. B. Reuter, *op. cit.*, p. 67-8.

por exemplo, nos ingleses, holandeses, e norte-americanos. É provavelmente verdade que as concepções que permeiam a cultura influenciam materialmente as percepções dos indivíduos. Uma das razões pelas quais, em sua nova pátria, os portugueses e seus descendentes coabitaram com indivíduos de outras raças e intercruzaram em tão grande escala, talvez tenha sido que esse comportamento fôra durante muito tempo comum na antiga pátria, onde foram assimilados, em depois outro, vários diferentes povos, inclusive célticos, fenícios, gregos, cartagineses, romanos, judeus, visigodos, e mouros; e onde não apenas aprenderam dos últimos o pouco interesse pela raça como também seus ancestrais tinham adotado, dos mouros, costumes que toleravam pluralidade no casamento. Mesmo quando os orientais excluem da família legítima os filhos das concubinas, tentando preservar o status familiar, a importância está mais em preservar o status do que a pureza da raça.

O concubinato parece ter sido sempre mais ou menos sancionado socialmente e aceito pelos mores. O divórcio era ilegal e muitos casamentos eram efetuados por conveniência da família. Mesmo na época da nossa pesquisa, não era raro na Bahia que um homem com família e esposa legítimas sustentasse em outra casa, uma ou mais amantes⁶. Geralmente as crianças usavam o nome materno, mas às vezes o pai as reconhecia e as registrava de modo a poderem usar legalmente seu nome. Eram, às vezes, levadas para o lar legítimo, onde, pelo menos em alguns casos, eram aceitas pela esposa legítima⁷.

A ilegitimidade, especialmente nas classes "inferiores", não era seriamente prejudicial à criança baiana. As qualidades pes-

(6) Em um dos casos conhecidos pelo autor, havia cinco amantes, em outro, oito. Tratava-se usualmente de homem de recursos; do contrário, não poderia fazer face às despesas a que era obrigado; as mulheres eram usualmente de posição social "inferior". Por exemplo: um intelectual rico e proeminente passava a maior parte do tempo longe de sua esposa, vivendo com uma mulata inteligente, atraente que viajou (com ele) pela França, Bélgica e Portugal. A filha mais velha de ambos estudava piano. Existiam ainda três filhos mais jovens. O homem sustentava outra mulata que diziam ser "muito jovem e muito bonita".

(7) Uma esposa disse do filho natural de seu marido: "É um bonito menino. Gosto dele tanto, ou talvez mais, que de meus próprios filhos". Em 1911, escrevia um consul norte-americano no Pará: "Na Amazônia o pai assume toda a responsabilidade e adota legalmente seus filhos ilegítimos, que na maioria dos casos se tornam parte de sua própria família, tendo nos privilégios sociais, lugar igual ao dos filhos havidos em conformidade com as leis da Igreja (...). Não existe, nos círculos sociais superiores, uma disposição para diferenciar os numerosos aristocratas ilegítimos, que em questões de educação, refinamento e maneiras, são muitas vezes superiores a alguns filhos legítimos da mesma família (...)" (e são), em muitos casos, notáveis líderes da sociedade". J. ORTON KERBEY, *An American Consul in Amazonia* (Nova York, 1911), pág. 119.

soais e a habilidade individual determinavam, em grande parte, seu papel e status; sua ascendência era considerada — com bastante razão, é claro — como condição que escapava ao seu controle.

Mesmo naquela época, porém, a condição social da mulher, a qual melhorava continuamente, tendia a reprimir a mancebia; e muitas das famílias "mais escrupulosas" procuravam combatê-la. Nestas famílias, ao saber das questões amorosas do marido, a esposa podia censurá-lo, assim como podiam fazê-lo outros membros da família e seus amigos. Geralmente, porém, como disse uma senhora da classe "superior": "As senhoras falam muito pouco a este respeito, e usualmente apenas a suas amigas mais íntimas. Geralmente não se fala nesta questão".

Embora, na época da nossa pesquisa, pelo menos duas feministas se tivessem tornado bem conhecidas e uma delas eleita para a câmara estadual, o padrão comum da família baiana ainda era o patriarcal. Amortecido, naturalmente, pelas exigências naturais de relações "primárias", o papel do marido e do pai tem sido, através de toda a história baiana, um papel de domínio decisivo. Consta, por exemplo, que antigamente era costume na Bahia, e ainda na época da nossa pesquisa ter sido observado em alguns casos, que o marido escolhesse ou comprasse os materiais para o vestuário de sua mulher, e indicasse mesmo a maneira pela qual eles deviam ser aproveitados. Com exceção das prostitutas, criadas e outras pessoas de condição social "inferior", as mulheres de outrora raramente eram vistas nas ruas ou em lugares públicos, sendo o lar considerado como seu lugar próprio. Houve época em que mesmo no lar, as mulheres raramente se mostravam a estranhos. Tollenare, por exemplo, visitando Pernambuco nos princípios do século XIX, escreveu: "À minha chegada (à casa de um negociante) as mulheres desapareceram e somente o chefe da casa permaneceu no salão para me falar". A outro respeito, observou: "Durante oito meses de residência em Pernambuco nunca vi a alta sociedade da cidade, apesar das minhas cartas de apresentação e meus esforços para penetrar em várias casas"⁸.

Porém, são estas apenas sugestões. Como indicamos, as razões para a divergência no Brasil não são muito claras. Exige-se mais estudo.

(8) L. F. TOLLENARE, "Notas dominicais tomadas durante uma residência no Brasil, 1816-1818". Parte relativa a Pernambuco, traduzida por Alfredo de Carvalho, do manuscrito francês inédito, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n.º 61 (1905), pp. 129, 250.

Outra questão importante a ser levantada é a seguinte: "Por que a estrutura da sociedade escravocrata baiana não se transformou na de casta, como aconteceu com as dos Estados Unidos?" A situação aqui é um tanto mais clara. A função da casta parece ser a de conservar a integridade racial de um grupo dominante. Na Índia, por exemplo, a casta surgiu, ao que parece, como tentativa da parte dos arianos recém-chegados para preservar a condição social de suas famílias contra as conseqüências do intercruzamento com as tribos aborígenes conquistadas⁹. A proibição de intercassamentos impedia quase completamente os contactos sociais íntimos com pessoas dos grupos não considerados desejáveis.

Na Bahia, a tendência tem sido exatamente inversa, isto é, a incorporação final de todas as minorias raciais ao grupo dominante. A princípio, o contacto dos colonizadores portugueses com africanos importados era, naturalmente, contacto entre senhor e escravo. Mas do sistema de escravidão que aqui se desenvolveu, surgiu gradualmente, em geral e com certas exceções, uma ordem moral em que a maior parte dos brancos e dos pretos, nas fazendas, veio a compartilhar de uma vida comum, numa base íntima e pessoal. Nesta altura, será proveitoso lembrar que:

"Os homens se unem, geralmente, por serem úteis uns aos outros. Nessas circunstâncias podem mutuamente e por longo tempo considerar-se como meras utilidades. Mas seres humanos não vivem por muito tempo em relação exclusivamente simbiótica, como acontece com as plantas. Porque, diversamente das plantas, podem comunicar-se. Chegam deste modo a conhecer a mentalidade uns dos outros e a responder às suas atitudes e sentimentos. Descobrem, finalmente, que vivem como se cada um estivesse no espírito de todos os seus semelhantes. E assim surge uma ordem moral, em que, na melhor das circunstâncias, o indivíduo sente-se movido somente pelas obrigações que livremente aceita ou impõe a si próprio.

"A característica dessa ordem moral é não ser racional, o que significa que não tem a finalidade de proteger um interesse especial, de servir a uma política, e que não possui propósitos ocultos de qualquer espécie. Pelo contrário surge em resposta às exigências naturais que um indivíduo exerce sobre outro, logo que o reconhece como sendo um ser humano igual a ele mesmo"¹⁰.

(9) Sir Herbert H. RISLEY, *The People of India* (2.^a ed., Calcutá, 1951), p. 264-65.

(10) Robert E. PARK, "Introduction" a Bertram W. DOYLE, *The Etiquette of Race Relations in the South* (Chicago, 1937), p. XIV-XV.

A manumissão, como vimos, foi desde o princípio da escravatura comum no Brasil. E a emancipação final surgiu como ponto culminante de um amplo movimento de libertação que durante anos dominou o espírito público. O escravo baiano foi, assim, gradualmente libertado de uma condição servil e em circunstâncias que favoreceram a continuação de laços pessoais íntimos. A emancipação final não foi, como nos Estados Unidos, episódio de uma guerra civil; e as relações pessoais entre membros das várias raças, que, sob certas circunstâncias, normalmente surgiram na escravidão, nunca foram estreñecidas por um programa de reconstrução imposto por conquista armada oriunda de fora. A ascensão social do preto e do mestiço, na Bahia, continuou a ter a seu favor os sentimentos e as ligações pessoais que as relações "primárias" tendiam a desenvolver durante a escravidão. Não existem na Bahia *castas* baseadas em raça; existem somente *classes*. Isto não quer dizer que não exista discriminação em que estejam envolvidas pessoas de cor, mas sim que a discriminação existente é de *classe* e não de *casta*. É o tipo que *existe entre os próprios homens de cor* nos Estados Unidos, cuja intensidade é maior do que geralmente se pensa.

O fato de não ter surgido na Bahia o sentimento de casta talvez seja devido a nunca ter o brasileiro branco se sentido aneado no seu *status* pelo preto ou mestiço como grupos. As experiências passadas e presentes com a gente de cor não foram de natureza a despertar nos brancos sentimentos de desconfiança, apreensão, medo, pavor, ressentimento ou inveja, que fazem parte do preconceito de raça (ver a Introdução à segunda edição). Além disso, não houve entre os brancos da Bahia aquele inconsciente sentimento de culpa que os homens algumas vezes sentem em relação àqueles a quem injuriaram ou mesmo para com aqueles por quem foram injuriados. Não houve acontecimentos de que os europeus e seus descendentes se ressentissem e pudessem considerar como afrontas ou agressões ou ataques injustificáveis por parte de pessoas de cor; não houve acontecimentos como os que acompanharam a Guerra Civil nos Estados Unidos e o período subsequente que agitassem os brancos, provocando sens sentimentos e dando à sua concepção sobre o negro um novo significado e um novo conteúdo. Não existem no Brasil amargas lembranças avivadas pelo tempo, nem sentimento agudo de injúria que os brancos pudessem alimentar, como as lembranças que foram tão notavelmente trazidas à nossa atenção numa novela realista do sul dos Estados Unidos:

“Olhando ao seu redor, naquela fria primavera de 1866, Scarlett compreendeu o que ela e todo o Sul tinham diante de si (...). O Norte tinha o Sul a seus pés (...). O Sul tinha sido como que sacudido por uma imensa e maldosa mão e aqueles que tinham sido os senhores eram agora mais importantes do que jamais o foram seus antigos escravos.

“A Geórgia estava fortemente guarnecida de tropas e em Atlanta achavam-se mais que em qualquer outra cidade do Sul. Os comandantes das tropas do Norte nas várias cidades tinham poder absoluto, mesmo o de vida e morte, sobre a população civil (...). Eles tinham o poder de aprisionar, e o faziam por qualquer causa ou mesmo sem causa, a qualquer cidadão, confiscavam-lhe os bens e o enforcavam. Podiam, e realmente atormentavam-no e atavam-no com regulamentos contraditórios sobre a operação dos seus negócios, os salários que devia pagar aos seus criados, o que devia dizer em público e em particular, o que devia escrever nos jornais. Regularam como, quando e onde, devia ser colocado o lixo e decidiram que canções as mulheres e filhas de ex-confederados podiam cantar, de modo que cantar “Dixie” ou “Bonnie Blue Flag” tornou-se uma ofensa pouco menos séria que a traição. Ordenaram que ninguém retirasse uma carta do correio sem prestar o “Iron Clad Oath” (Juramento Inquebrantável) e, em alguns casos, proibiram mesmo a expedição de licenças de casamento, a menos que o casal prestasse o odioso juramento.

“Os jornais eram de tal modo controlados que nenhum protesto público podia ser levantado contra as injustiças e as depredações dos militares e os protestos individuais eram silenciados com penas de prisão (...). O júri e o habeas-corpus foram praticamente suspensos. As côrtes ainda funcionavam de certa maneira, mas funcionavam ao bel-prazer dos militares que podiam interferir, e interferiam, com os seus veredictos.

“Os ex-escravos não tinham ainda o direito do voto mas o Norte tinha resolvido que eles votariam, e mais ainda: que votariam a seu favor. Tendo esta intenção, nada era bom demais para eles. Os soldados nortistas apoiavam-nos em tudo que eles queriam fazer e a melhor maneira de um branco meter-se em complicações era apresentar uma queixa qualquer contra um negro.

“Os antigos escravos eram agora os senhores da criação e, com a ajuda dos nortistas, os negros mais vis e mais ignorantes estavam por cima (...).

“Milhares de servos caseiros, a casta alta da população escrava, continuaram com os seus patrões brancos, fazendo trabalhos manuais que nos velhos tempos estavam abaixo dêles. Muitos trabalhadores do campo permaneceram também leais e recusaram a nova liberdade; mas as hordas de negros indisciplinados, que causavam a maior parte dos males, vinham em sua maior parte, da classe de trabalhadores do campo.

“No tempo da escravatura, êstes eram desprezados pelos escravos caseiros como criaturas de baixo estôfo (...). E agora, esta classe, a mais baixa na ordem social negra, estava fazendo da vida do Sul uma vida de miséria.

“(…) Os antigos trabalhadores do campo acharam-se súbitamente elevados aos lugares dos poderosos (...). Como (...) criancinhas soltas entre objetos preciosos, cujo valor não compreendem, tornaram-se frenéticos (...).

“A favor dos negros, incluindo mesmo os menos inteligentes dentre êles, temos o fato de que poucos eram movidos pela malícia e mesmo êstes poucos eram “negros baixos”, mesmo nos dias da escravatura. Mas eram facilmente conduzidos, como classe, e estavam acostumados, por longo hábito, a obedecer. Antigamente seus patrões brancos davam as ordens. Agora tinham novos patrões, a “Comissão dos Libertos” e os “Carpet-baggers” (políticos do Norte, às vêzes sem escrúpulos, que dirigiam a política do Sul). E suas ordens eram: “Vocês são tão bons quanto os brancos, portanto hajam de acôrdo. Assim que puderem votar no Partido Republicano terão a propriedade do homem branco. Já é o mesmo que sua. Tomem-na, se puderem!”

“Ofuscados por estas histórias, a liberdade tornou-se um prolongado piquenique, uma churrascada durante a semana tôda, um carnaval de preguiça, e roubo, e insolência. Os negros do campo afluíram para as cidades, deixando os distritos rurais sem trabalhadores para as colheitas. Atlanta ficou cheia dêles e ainda continuaram a chegar aos milhares, indolentes e perigosos, em virtude da nova doutrina que lhes era ensinada (...).

“Pela primeira vez em sua vida tinham os negros todo o *whisky* que desejavam (...). As ofensas eram inevitáveis (...). Os brancos, desprotegidos pela lei, aterrorizavam-se. Os homens eram insultados nas ruas por negros embriagados, casas e estrebrias incendiadas à noite, cavalos, gado e galinhas roubados em dia claro, crimes de tôda espécie cometidos e poucos dos culpados justificados.

"Mas estas ignomínias e perigos nada eram, comparados com o perigo pelas mulheres brancas, muitas delas privadas pela guerra de proteção masculina, vivendo sózinhas em zonas afastadas ou ao longo de estradas solitárias. Foi o grande número de ultrajes contra as mulheres e o constante medo pela segurança de suas espôsas e filhas que levaram os Sulistas a uma fúria intensa (...).

"Aqui estava o estupendo espetáculo de metade de uma nação tentando, a ponta de baioneta, forçar sobre a outra metade o domínio dos negros, muitos dos quais não estavam nem há uma geração fora das selvas africanas. O voto tinha de lhes ser dado, mas era negado à maior parte de seus antigos patrões. O Sul tinha de ser dominado; e a perda, pelos brancos, dos seus direitos de cidadania, era uma maneira de dominar o Sul. A maior parte daqueles que tinham lutado pela Confederação, ocupado qualquer cargo ou prestado qualquer auxílio ou consôlo, era privada do direito do voto, não tinha oportunidade de escolher seus governantes e estava completamente sob o poder de um govêrno estranho (...).

"Por êstes dias e noites de ansiedade, Scarlett foi atormentada pelo medo. A constante ameaça de negros insubordinados e de soldados do Norte pesava-lhe no espírito; o perigo de confisco acompanhava-a sempre, mesmo em sonhos; e ela temia ainda maiores terrores. Deprimida pela sua impotência e a de seus amigos, pela impotência de todo o Sul, não era de estranhar que ela se lembrasse constantemente, durante êstes dias, das palavras ditas tão apaixonadamente por Tony Fontaine: "Por Deus, Scarlett, isto é insuportável. E não será suportado"¹¹.

Em parte alguma do Brasil há atualmente atitudes comparáveis. A sociedade brasileira nunca passou por um período comparável, de convulsão social, em que a ameaça de um deslocamento de *status* suscitasse apreensão e medo tão profundos que, décadas mais tarde, são lembrados com tanta amargura pelos descendentes dos que sofreram a ameaça. Não houve na Bahia, nada que fôsse comparável, mesmo remotamente, à conquista do Sul dos Estados Unidos pelos exércitos do Norte e ao conseqüente

(11) Margaret MITCHELL, *Gone With the Wind* (Nova York, 1938), pp. 625-57. É claro que não citamos estas afirmações como fatos históricos, mas com o fim de indicar o caráter das *memórias* amargas que reforçam as atitudes que exercem papel destacado nas relações raciais.

desenvolvimento de ódios e de ressentimentos que, por causa do formidável poder militar do Norte, não tiveram sua expressão normal sob a forma de um revide eficiente contra o agressor, e que se deslocaram, uma vez retiradas as forças nortistas, para a gente de côr desamparada.

Em contraste com tal situação, as relações entre as raças têm sido, na Bahia, íntimas e cordiais. A ordem moral dos engenhos baianos que, como vimos, foi organizada, em grande parte numa base familiar e pessoal, continuou sem modificações de importância até a época atual; e através os sentimentos pessoais, grande número dos membros das diversas raças de há muito se identificaram uns com os outros, compartilharam as suas experiências pessoais e vieram, assim, a apreciar sua qualidade humana comum. Em lugar de conceber o negro como objeto abstrato, o branco baiano tende, desde há muito, a considerá-lo como João ou Maria — um ser tão humano quanto êle mesmo.

É verdade que os descendentes de europeus na Bahia são etnocêntricos, como todos os grupos; os brancos compartilham do sentimento de superioridade de seu grupo e alguns deles se mostram contra o comportamento estranho e bizarro (para êles) representado pelo ritual do candomblé e outras sobrevivências culturais africanas. Pelo menos em alguns espíritos, êsses atos assumiram caráter repugnante, ofensivo, e podem mesmo ter provocado antipatias profundas.

Êstes antagonismos, entretanto, dirigem-se mais a variações culturais que raciais e tendem a desaparecer quando o preto, como está fazendo rapidamente, abandonar sua identificação com as formas culturais africanas e tornar-se completamente assimilado ao mundo europeu. A antipatia, portanto, não se estende ao negro como total, mas antes ao africano, ao estrangeiro, àquele que constitui um quisto estranho no organismo social. Esta atitude pouco diverge da comumente evidenciada pelos descendentes dos primeiros colonizadores ingleses dos Estados Unidos em relação aos imigrantes mais recentes da Europa Meridional e do Oriente que, durante algum tempo, continuaram a viver psiquicamente isolados e a conservar tenazmente os costumes e tradições do Velho Mundo.

Pode-se notar que o caso brasileiro de contacto racial apóia decididamente o desafio lançado há muito por Faris à suposição popular em certos países, que — confundindo o costumeiro com o biológico — afirma ser o preconceito de casta instintivo e here-

ditário¹². Se o preconceito de raça fôsse orgânico, surgiria naturalmente em todos os casos de contacto racial.¹³ Mas se descobrirmos casos em que não aparece, a hipótese de o preconceito de raça ser instintivo deixa de ser válida.

Assim, o que encontramos na Bahia é uma sociedade multi-racial de classes. Não existe casta baseada em raça; existem apenas classes. Estas classes estão ainda consideravelmente identificadas com a cor, é verdade; mas apesar disto, são classes e não castas. A tendência mais característica da ordem social baiana tem sido a redução gradual, mas contínua, de tôdas as distinções culturais e raciais, e para a fusão biológica e cultural do africano e do europeu em uma raça e cultura comuns.

A "situação racial" em todos os casos de contacto, talvez possa ser ilustrada por um diagrama, que distinga as relações de casta das de classe¹³. Num sistema de casta, (isto é, de classes completamente "fechadas") as linhas raciais se traçam desta maneira:

Brancos
Mestiços
Pretos

No caso de a estrutura da sociedade basear-se em classes, como no Brasil ou Havai, as linhas de cor se dispõem verticalmente, cruzando as linhas de classe.

Brancos	Mestiços	Pretos
Me	sti	P
ços	ços	ços

Cada raça, inclusive os mestiços, encontra-se, provavelmente, representada em tôdas as classes. Em qualquer caso, a hierarquia assumirá inevitavelmente a forma de uma pirâmide, mas a percentagem de cor em cada classe indicará o *status* dos diversos elementos raciais. E, uma vez que o grupo que possui condição social "superior" tem proporcionalmente maior número de membros nas divisões "superiores", e os grupos de condição

(12) Ellsworth FARIS, "The Natural History of Race Prejudice", *Ebony and Topaz*, org. por Charles S. Johnson (Nova York: Opportunity, 1927); reimpresso. *The Nature of Human Nature* (Nova York e Londres, 1937), Cap. XXXII, p. 357.

(13) O autor deve esse arranjo esquemático ao Prof. Robert E. PARK.

social "inferior" têm maior número nas camadas "inferiores", podemos descrever estatisticamente a "situação racial". Assim, conforme uma amostra que estudamos na Bahia, a relação entre a estrutura de classe e os elementos de cor respectivos na população da Bahia pode ser descrita como no quadro 16.

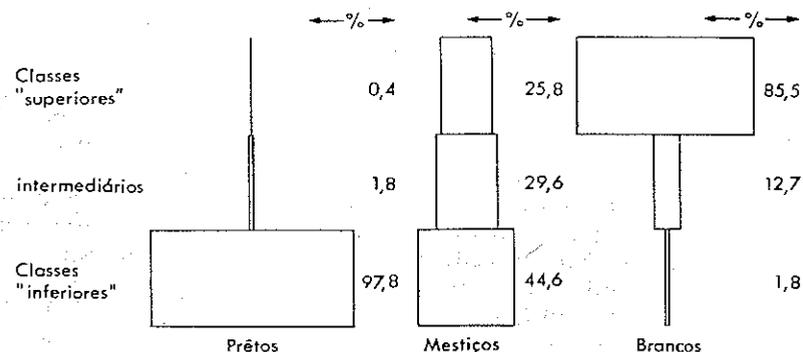
QUADRO 16

Distribuição de cor nas classes, segundo uma amostra limitada, Salvador, 1936

Raças	Classes "superiores"		Grupos Intermediários		Classes "inferiores"	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Prétos.	5	0,4	23	5,1	1.245	75,2
Mestiços.	222	15,7	255	56,3	386	23,3
Brancos.	1.183	83,9	175	38,6	25	1,5
	1.410	100,0	453	100,0	1.656	100,0

Podese indicar graficamente a distribuição dos vários elementos de cor da Bahia, por meio de uma série de pirâmides assim:

DISTRIBUIÇÃO DE COR NAS CLASSES, SEGUNDO UMA AMOSTRA LIMITADA, SALVADOR, 1936.



Se agora nos fôsse possível obter dados estatísticos suficientes a respeito dos casamentos, de um lado entre os membros de cores diversas na mesma classe, e de outro lado entre pessoas da mesma cor pertencentes a classes diversas, esses dados nos dariam uma descrição estatística exata da "situação racial". Se verificássemos, como nos Estados Unidos, que os casamentos entre diferentes classes dentro de cada grupo de cor são muito mais freqüentes que o casamento entre pessoas de diferentes cores da mesma classe, esperaríamos encontrar a solidariedade e a cooperação para fins comuns, organizadas de acordo com as linhas de cor. O grupo de cor assumiria, assim, o caráter de uma nacionalidade, ou de uma "minoría racial". Por outro lado, se a solidariedade e a cooperação fôsem organizadas de acordo com as linhas de classe, então a concorrência pelo *status* assumiria mais ou menos a forma de uma competição de classe.

Infelizmente, não foi possível encontrar, na Bahia, dados estatísticos para a resolução deste problema. As informações que pudemos obter deste estudo indicaram que os casamentos cruzavam as linhas de cor mais vezes que as linhas de classe; e que a solidariedade e a colaboração tendiam a organizar-se de acordo com as linhas de classe.

Uma vez que os pretos, mestiços e brancos não constituíam, na Bahia, grupos ocupacionais endógamos, a estrutura social não era a de casta. Embora a hierarquia das ocupações assumisse ainda uma forma piramidal definida, e os brancos, ocupando condição superior, possuísem maior número de membros nas camadas "superiores", enquanto a gente de cor, representando uma condição social "inferior", predominasse nas camadas "inferiores", todas as cores estavam representadas em todas as classes.

Na medida em que os pretos, mestiços e brancos pertencem a grupos endógamos, mas não necessariamente ocupacionais, pode dizer-se que a estrutura assume aqui a forma em que a gente de cor é uma "minoría racial", ou nacionalidade, em livre associação com uma "maioría racial" dominante, mas não aceita por ela em uma base de igualdade social. É a situação do judeu na Europa e a do negro nos Estados Unidos. Dêstes últimos disse Park¹⁴.

"Embora a casta ainda persista (nos Estados Unidos) e sirva de certa maneira para regular as relações raciais, muitas coisas — educação, aparecimento dentro da comunidade negra de um grupo profissional (professores, pastores, médicos), e de outros intelectuais, que procuram organizar e dirigir a nascente consci-

ência de raça entre os pretos — têm agido não apenas para minar o tradicional sistema de castas mas para torná-lo obsoleto.

"Entrementes, o avanço vagaroso mas firme do negro, como resultado da competição dentro e fora do grupo, e o aparecimento gradativo de uma sociedade negra dentro dos limites do mundo do homem branco, mudaram toda a estrutura das relações raciais dos Estados Unidos, tanto no Norte como no Sul.

"As restrições aos intercassamentos ainda persistem e continuam a fazer do negro um grupo social endógamo, bastante semelhante aos grupos endógamos dos judeus, dos Menonitas e de algumas seitas religiosas mais primitivas. Por outro lado, considerando-se o fato de ter ele formado uma sociedade onde estão representadas todas as profissões liberais e muitas das outras ocupações, senão a maior parte, o negro tem agora oportunidade de elevar-se dentro dos limites do mundo negro, o que não acontecia anteriormente. Em tais circunstâncias o grupo negro cessou gradualmente de exibir as características de casta, mostrando antes o caráter de minoría racial (ou nacional)".

Na Bahia, a endogamia está longe de ser absoluta, desaparecendo especialmente nas fronteiras biológicas das raças, isto é, no que se trata de mestiços, provavelmente de maneira progressiva com o decorrer do tempo e com a contínua elevação de indivíduos pertencentes aos grupos de condições sociais "inferiores". A escala de distinções, dando ao preto a parte inferior e ao branco a superior, parece corresponder de modo geral à escala de distinções de cor dentro da minoría negra nos Estados Unidos.

Embora a cor e os traços negróides indiquem ainda uma origem escrava e tendam ainda a ser intimamente identificados com condição social baixa — a constituir, portanto, um obstáculo ao casamento com membros de classes "superiores" — estas características perdem sua qualidade restritiva e delimitadora na proporção em que aumenta o grau de intercruzamento com os descendentes de europeus, ou na proporção em que seu significado simbólico é compensado pela prova de certas qualidades que usualmente estão ligadas a uma posição "superior".

A consciência de raça entre os pretos na Bahia é mínima e as circunstâncias não favorecem o aparecimento do "homem marginal"¹⁵.

(15) Ver Robert E. PARK, "Migration and the Marginal Man", *American Journal of Sociology*, XXXIII, 6, 881-93; Everett Stonequist, *The Marginal Man* (Nova York, 1937).

(14) PARK, "Introduction" a Doyle, *op. cit.*, pp. XXI-XXII.

Com base em nossa pesquisa, pode-se afirmar, então, que as circunstâncias talvez mais importantes com referência à "situação racial" da Bahia, — especialmente no que se refere à "carreira" do africano e seus descendentes —, são as que se seguem. Apresentam-se sob a forma de hipóteses para *testing* posterior, de acordo com as exigências da ciência¹⁶.

1. Embora fossem provavelmente importados mais africanos para o Brasil que para os Estados Unidos ou qualquer outra região do Novo Mundo, eles e seus descendentes, como unidade racial, estão gradual, mas inevitavelmente, desaparecendo, tal como os ameríndios desta área antes deles, biologicamente absorvidos pela população predominantemente européia. Os mestiços mais claros estão absorvendo os pretos e estão, por sua vez, sendo absorvidos pela população de ascendência predominantemente européia¹⁷.

2. Em reação às necessidades de uma "fronteira" racial e cultural em expansão no Brasil, surgiu uma tradição de cruzamento entre raças, que se fixou, então, firmemente nos *mores* coloniais. Tal parece ser a reação natural em todos os casos de contacto entre raças onde a percentagem dos sexos de um dos grupos em contacto é desigual.

3. Assim, a miscigenação se tem processado na Bahia ininterruptamente e sem provocar atenção sobre si durante longo período de tempo. Talvez em pouco lugares do mundo o cruzamento inter-racial se tenha dado de maneira tão contínua e em escala tão extensiva em tempos recentes.

4. Não está se desenvolvendo aí um grupo racial misto e relativamente permanente que fica à parte, sociologicamente, dos

(16) Ver nosso livro *Teoria e pesquisa em Sociologia* (13.^a ed., São Paulo, 1971), págs. 49-50, 60-61.

(17) T. Lynn SMITH (102-106) lembra-nos que o índice de fertilidade de acordo com o censo de 1950, era maior para brancos do que para pretos em todos os Estados e territórios brasileiros com exceção de um (o Estado do Rio de Janeiro, em que os índices de ambos eram aproximadamente iguais); e que o índice de fertilidade para brancos era também mais alto em 14 Estados do que mesmo para os pardos. Ao serem ponderados estes dados, deve-se tomar em consideração o significado destes termos de cor, como se indicou na Introdução a esta segunda edição. Além disso, Willems recentemente em carta particular chamou a nossa atenção para a possibilidade de a taxa de mortalidade nas camadas "inferiores" (e extensivamente de cor) ser proporcionalmente mais baixa agora do que foi no passado, enquanto a taxa de natalidade pode ter-se mantido mais ou menos constante. Se tal alteração aparente no crescimento natural prossegue, abrandará ou mesmo invertirá a tendência para a absorção biológica como foi evidente no passado.

outros habitantes, como, por exemplo, os "Cape Coloured" da África do Sul, os Macaneses da China ou os Goaneses da Índia¹⁸.

5. A miscigenação, particularmente quando unida ao intercasamento, tendeu a promover laços afetivos entre pais e filhos, avós e netos, e tios e sobrinhos, laços esses que colocou os mestiços em posição favorável quanto à ascensão social.

6. Com a elevação de *status*, o intercasamento entre brancos e mestiços (especialmente os mais claros) tornou-se cada vez mais comum; e, com a contínua ascensão de pessoas de cor anteriormente de *status* inferior, esta tendência parece estar aumentando. Embora a cor e os traços negróides continuem a ser, ainda, símbolo dumã origem escrava e por esta razão a ser intimamente identificados com *status* inferior — constituindo, portanto, inegável obstáculo ao casamento com pessoas das camadas superiores —, estas marcas físicas perdem sua qualidade restritiva na proporção em que aumenta a intermistura com os brancos e — o que é ainda mais importante —, à medida em que, no indivíduo em apreço, este significado simbólico é contrabalançado por outras características pessoais e sociais que normalmente simbolizam *status* mais elevado.

7. Em muitos casos, durante a época da escravidão no Brasil, como também nos Estados Unidos, houve na Bahia um desenvolvimento contínuo de relações *personais* entre a família do senhor e seus escravos, relações de qualidade íntima que tendiam gradualmente a humanizar a instituição e a solapar seu caráter formal. A ordem moral brasileira da época colonial e do império tornou-se organizada, em considerável grau, sobre uma base pessoal e familiar.

(18) Com referência às Hipóteses 2, 3 e 4 é conveniente sugerir três restrições. Em primeiro lugar, embora o desequilíbrio original quanto à taxa dos sexos tivesse indubitavelmente desempenhado papel decisivo no desenvolvimento dumã tradição de uniões inter-raciais, no Brasil colonial, pouco tempo depois dos primeiros contactos isso tornou-se mais normal; em segundo lugar, a miscigenação, do período colonial até o presente, processou-se dum modo considerável (mas não exclusivo), fora do casamento, por intermédio de uniões informais; e, em terceiro lugar, a endogamia existe ainda, contudo, num segmento numericamente pequeno da classe "superior", inclusive certas famílias que manifestam um orgulho invulgar a respeito da sua origem européia e, dum modo ainda mais firme, algumas famílias entre a aristocracia latifundiária que desde há muito tempo se esforçou em conservar a propriedade na família e, — por esta e outras razões —, resistiu à intrusão de indivíduos estranhos ao grupo de parentes, tanto dos brancos ali nascidos ou imigrantes, como também dos indivíduos de cor. Isto foi conseguido à custa de ininterruptos casamentos dentro do grupo de parentesco, inclusive os entre primo e prima e, até os tempos comparativamente recentes, entre tio e sobrinha e tia e sobrinho, como vários observadores assinalaram.

8. O costume da manumissão integrou-se firmemente nos *mores* brasileiros, não apenas na Bahia como, também em outros lados, constituindo, em determinadas circunstâncias, comportamento esperado. Muitos escravos brasileiros foram, assim, libertados de uma condição servil de uma maneira gradual e em circunstâncias que favoreceram a continuação dos laços pessoais já desenvolvidos.

9. O sentimento abolicionista, no Brasil, nunca sofreu de uma onda de terror como a que varreu o Sul dos Estados Unidos depois da revolta dos escravos em Haiti e das desordens subsequentes em que foram aniquilados os brancos haitianos.

10. O sentimento e o conflito abolicionistas não se limitaram a só *uma* parte do Brasil, mas, pelo contrário, penetraram em todas as comunidades, mesmo na Bahia, onde a instituição da escravatura parecia solidamente arraigada. Assim, a "luta pela coerência"¹⁹ nos *mores* brasileiros deu-se, neste caso, dentro de cada comunidade, onde tinha a seu favor as relações pessoais de indivíduos que não apenas moravam em estreita proximidade, como também estavam unidos por laços de religião, amizade, e mesmo, às vezes, parentesco. Não foi como nos Estados Unidos, onde o conflito grassou entre diferentes partes do país, estranho do Norte sendo pôsto contra estranho do Sul, sem a possibilidade da luta ser suavizada de qualquer maneira (a não ser de vez em quando) por laços de comunidade, de parentesco, e de amizade já desenvolvidos entre conhecidos.

11. A emancipação final se realizou como o ponto culminante de um amplo movimento de libertação que, durante anos, dominou o espírito público brasileiro. A libertação dos últimos escravos não era, como nos Estados Unidos, episódio de uma guerra civil, nem as relações que se tinham desenvolvido entre as raças, durante a escravidão, foram estremecidas por um programa de "reconstrução" impôsto por conquista armada oriunda de fora, como aconteceu no Sul dos Estados Unidos.

12. Os brancos brasileiros nunca tinham julgado ou sentido que os prêtos ou mestiços representassem uma ameaça ao seu próprio grupo e *status*. Nunca foram suscitados entre os membros do grupo dominante sentimentos de desconfiança, apreensão, medo, pavor, ressentimento, ou inveja, ou o senti-

mento de terem sofrido provocações ou ataques injustos por parte da gente de côr — sentimentos êstes que fazem, todos, parte da atitude de preconceito de raça —, como aconteceu no Sul dos Estados Unidos, durante e depois da Guerra Civil.

13. Hoje, os mestiços e prêtos da Bahia se encontram em toda a escala ocupacional, embora — como era de se esperar, considerando-se sua condição original de escravo, sua posição relativamente desvantajosa ao receberem a liberdade, as limitadas oportunidades de obter propriedades agrícolas e empregos numa economia pré-industrial; bem como as extremamente limitadas oportunidades educacionais para toda a população, e o tempo relativamente curto durante o qual a gente de côr, na maior parte, tem gozado de uma condição de livre concorrência —, a parte mais escura da população esteja ainda concentrada nos empregos de baixo salário e de baixo *status*. Entretanto, os prêtos (geralmente, mas nem sempre, precedidos pelos mestiços) estão, gradual e persistentemente, se elevando na escala ocupacional.

14. Esta e outras ascensões quanto à classe social por parte de mestiços e de prêtos são reconhecidas não apenas no mundo de côr, como aconteceu anteriormente, em considerável parte, com semelhantes ascensões nos Estados Unidos, mas por *todos os membros* da comunidade.

15. Uma vez que os prêtos, os mestiços e os brancos não constituem grupos ocupacionais endógamos, a estrutura social baiana não é a de casta.

16. Também não está toda a gente de côr no Brasil, se transformando, como nos Estados Unidos, em uma "minoridade racial" autoconsciente, em livre associação com a "maioridade racial" dominante, porém ainda não aceita em grande parte, por ela.

17. Em lugar disso, toda a organização social da Bahia tende a assumir a forma de *uma ordem de livre competição*, na qual os indivíduos encontram seu lugar pelos critérios da competência e realizações pessoais e circunstâncias fortuitas, mais que por sua origem racial. Isto, talvez, melhor se expressa pelo dito popular ouvido comumente na Bahia: "Negro rico é branco e branco pobre é negro". Embora isto seja exagêro até certo ponto, revela o cerne da verdade.

18. Não existe aí uma segregação proposital devido à côr, como se encontra nos lugares onde as relações entre membros de

(19) Ver William Graham SUMNER, *op. cit.*

diferentes grupos raciais foram amarguradas durante muito tempo; ao contrário, a distribuição espacial é, em grande parte, conseqüência da competição econômica entre indivíduos, qualquer que seja a sua cor. O isolamento, tal como existe, é mais psíquico, e se deve, em grande parte, aos diferentes níveis educacionais ou à identificação em limitado número de casos, com as sobrevivências da cultura africana, especialmente do culto afro-baiano.

19. Pois a assimilação dos "africanos" na Bahia, embora grandemente adiantada, não está ainda completa. Sobrevivências africanas ainda persistem, separando de certa maneira, dos descendentes de europeus, uma parte relativamente pequena da população de cor.

20. A "situação racial" brasileira é, pois, suficientemente distinta da situação da Índia, por exemplo, onde a ordem social se organiza sob o critério de casta, e de outras partes do mundo, onde uma "minorias (ou minorias) racial" (ou nacional) está em livre associação mas não é aceita pela "maioria dominante", ao ponto de constituir a sociedade brasileira, junto com a do Havai e algumas outras, um tipo distinto de sociedade: isto é, uma sociedade de classes multi-raciais.

21. O linchamento de gente de cor e o estupro de mulheres brancas por homens de cor são desconhecidos, o "passar por branco" não tem razão de ser, assim como não existem as circunstâncias que normalmente conduzem ao surgimento do "homem marginal"²⁰.

(20) Ver Robert E. PARK, "Human Migration and the Marginal Man", *American Journal of Sociology*, xxxiii (maio de 1928), 881-93; Everett STONEQUIST, *The Marginal Man* (Nova York, 1937). Quanto a possíveis "homens marginais" convém lembrar que alguns mestiços profundamente sensíveis, que haviam ascendido de nível social, tornaram-se de um obsessivo sentimento de repugnância pela cor, que continuava a simbolizar o status baixo, uma repugnância que se reflete, pelo menos numa forma simbólica, em palavras e atos. Esse sentimento, porém, não parece ser o resultado da internalização dum conflito externo. Pelo menos foi pouca ou talvez nenhuma a evidência que se retirou deste fato. Ao discutir vários destes casos, Bastide (194:32) faz um comentário esclarecedor ao escrever: "Por um paradoxo interessante, sua ação (a do preconceito), contudo, sobre o inconsciente é tanto mais forte quanto menos visível". (O grifo é nosso.) Além disso, como observou Frazier (1944:265), "não havia uma comunidade de cor segregada com o qual eles pudessem ser identificados" e em função da qual pudessem transformar-se em "homens marginais". Os sentimentos em questão resultaram de preocupações com um agudo sentimento de inferioridade que não proveio, tanto de experiências pessoais com situações próprias de discriminação, como de pressões interiormente forçadas, o que é claramente evidente se se fizer o confronto entre os sentimentos destes homens e os acentuadamente diferentes encontrados em indivíduos de sangue igualmente misto como Machado de Assis, André Rebouças e Teodoro Sampaio (que escrevem o esboço autobiográfico que se encontra no Apêndice I).

22. Uma gota de sangue africano não classifica, como nos Estados Unidos (quando o fato é conhecido), um mestiço como "negro". Ao contrário, muitos indivíduos que não só têm ancestrais africanos como também demonstram, de alguma forma, em sua cor ou traços fisionômicos, tal ascendência, são arrolados como "brancos" nas estatísticas oficiais e como brancos são conhecidos e tratados na comunidade.

23. Existe discriminação no Brasil às vezes ligada à cor, mas é antes de classe que de casta. É a espécie de discriminação que se pode encontrar dentro do próprio grupo de cor nos Estados Unidos.

24. É possível que as pessoas de cor, como um agregado, não tenham subido na escala de classe tão rapidamente, talvez, como as dos Estados Unidos. Isto possivelmente se deve: a) às limitadas oportunidades econômicas no Brasil, em comparação com as proporcionadas pela expansão industrial que aconteceu mais cedo nos Estados Unidos; b) às limitadas oportunidades que, no Brasil, até há comparativamente pouco tempo, se ofereciam no campo da instrução, bem como ao baixo aprêço em que durante muito tempo foi tida a instrução de crianças a não serem os filhos da elite; c) à possibilidade de a gente de cor no Brasil, sentindo menos do que os seus irmãos nos Estados Unidos a necessidade de demonstrar aos brancos céticos a sua competência pessoal e capacidade em progredir, não tiveram o mesmo incentivo para a ascensão social; d) a determinadas diferenças estruturais nos dois casos, como sugeriu Willems²¹, sendo que "a maior parte das realizações da gente de cor norte-americana ocorreu dentro da sua própria estrutura de classe, ao passo que o brasileiro de cor não teve estes incentivos e oportunidades estruturais".

25. Embora o Brasil pareça não ter tido uma "ideologia (policy) racial" formal, o comportamento tradicional, que originariamente surgiu e se formou sob a influência de reações imediatas e irrefletidas às circunstâncias e condições da vida colonial, produziu uma ideologia racial não formal, que apóia e dá coerência aos mores, evidenciando-se somente quando eles são postos em discussão por pessoas estranhas à cultura brasileira, e os brasileiros procuram racionalizar sua conduta costumeira. Essa ideologia é, talvez, resumida da melhor maneira possível na

(21) Em carta particular.

seguinte frase, que se ouve comumente: "Nós, brasileiros, estamos nos tornando um só povo"²².

26. Assim, o "problema racial" no Brasil, na medida em que aí existe, tende a ser identificado com a resistência que um grupo oferece ou parece oferecer à absorção e assimilação. Isto não quer dizer que não existiam distinções sociais no Brasil. Baseadas nisto ou naquilo, tais distinções existem em todo mundo. Tampouco significa que não exista discriminação ou que os pretos e mestiços estejam inteiramente satisfeitos com sua sorte. Mas significa: a) que um homem de cor pode, em vista de suas capacidades e realizações pessoais ou de circunstâncias fortuitas, melhorar seu status e, mesmo, alcançar uma posição nas camadas "superiores" da sociedade; e b) que esta posição será, então, relativa não apenas ao seu próprio grupo de cor, mas à comunidade total.

A estas hipóteses do estudo original, talvez convenha juntar, além das pequenas emendas acima, certas restrições, elaborações ou adições, mesmo se às vezes estas já fôsem sugeridas, porém sem serem salientadas suficientemente, talvez, nas páginas do livro. Apresentam-se também em forma de hipóteses, para *testing* posterior:

1. Fêz-se uso no Brasil de um número considerável de termos populares que, à primeira vista, parecem designar as diversas combinações raciais da população. No entanto, a) esses termos são descritivos não tanto da ascendência racial como 1) da aparência física do indivíduo em aprêço, a 2) da sua posição

(22) WAGLEY (1963b:153) sugere que a absorção do africano e seus descendentes no grupo predominantemente branco (referido na Hipótese 1), e o processo de "branqueamento" que essa absorção realiza (ver cap. V.) são também parte da ideologia racial informal, de tal modo que "a afirmação corrente (...) de que 'Nós, brasileiros, estamos nos tornando um só povo,' escreve ele, parece implicar que os brasileiros esperam tornar-se uma nação mais caucasiana quanto à sua aparência física". Deve-se, além disso, notar ainda, de acordo com o que Willems sugere, que nos últimos anos um aspecto desta ideologia racial fêz-se até certo ponto mais formal e articulada. Como tem sido definido neste estudo, a política informal e não "verbalizada" reflete um desejo de absorver todos os grupos minoritários, quer sejam de cor ou imigrantes (cfr., a este respeito, NOGUEIRA 1955:552; PIERSON 1951:191). Mas a discriminação com base quer na cor quer na raça pode ser, é claro, um obstáculo no caminho da efetivação dessa política. É por causa deste obstáculo que Willems acredita que a política se tornou mais explícita como o dá a entender a Lei de 1951, que a todo o ato de discriminação qualquer manda aplicar uma sanção legal, lei que recebeu a aprovação esmagadora do Congresso brasileiro. Isto também reflete-se nos debates e relatórios de comissão, dentro e fora do Congresso, que acompanharam o preparo desta lei; na oposição manifestamente clara dos órgãos da opinião pública brasileira aos poucos casos de discriminação por motivo da cor e sobre os quais a atenção pública tenha sido focalizada; e também, segundo acentua Willems (em carta particular), nas organizações de cor com militância anti-racista, no Rio de Janeiro e São Paulo.

social; e b) os termos podem variar 1) com a pessoa que os emprega, 2) com a mesma pessoa que os emprega em diferentes ocasiões e circunstâncias, 3) com o status do indivíduo visado, e 4) com a natureza da relação existente entre esse indivíduo e aquele que fala dele.

2. Gozam de prestígio e também de valor estético entre os indivíduos de todas as cores e camadas sociais²³ os traços físicos caucasianos. Todavia, a *somatic-norm-image*, na expressão de Hoetink (1961), é consideravelmente "mais escura" do que a que domina nos Estados Unidos, como se vê, por exemplo, nas atitudes que se tomam na Bahia em relação à mulher *morena* (ver cap. V).

3. A ascensão social de pessoas de cor a) se dá principalmente em virtude de manifesta competência pessoal profissional, ligação com uma família de prestígio, instrução, acumulação de recursos financeiros, ou por circunstâncias apenas fortuitas; b) é, por vezes, favorecida por brancos que se acham ligados ao indivíduo em causa, por laços de parentesco, de apadrinhamento ou outros (comparar, por exemplo, Apêndice A mais adiante); e c) faz-se pelos indivíduos, um por um e não como grupo, de modo que o grau de conflito com base quer na cor quer na classe é relativamente diminuto (cfr. Thales de Azevedo 1955a:195).

4. Nos seus esforços para ascenderem socialmente, as pessoas de cor sofrem desvantagens por ter sido identificada a cor, desde muito tempo, no Brasil, com a condição de escravo, e de haver, por isso, se tornado a cor um dos critérios de posição social.

É papel logicamente a ser esperado da cor escura, visto a história da escravidão nas Américas, onde os escravos, durante séculos, foram negros trazidos da África por europeus e seus descendentes, os quais eram mais adiantados tecnologicamente, e postos a trabalhar para eles nas suas plantações e minas.

No entanto, tivesse acontecido este "acidente histórico" de uma maneira diferente, isto é, possuísse a África, ao tempo da descoberta e das primeiras explorações das Américas, superioridade tecnológica, e tivessem sido os africanos e seus descendentes então os descobridores do continente americano e fôsem eles, ainda, a trazer para cá escravos europeus duma Europa

(23) Com a possível exceção de alguns intelectuais de cor, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, que deliberadamente se esforçam por valorizar a "negritude", embora as suas atitudes a este respeito pareçam um tanto ou quanto ambivalentes, e pouco intensivas ou persistentes.

tecnologicamente atrasada, a fim de trabalharem nas suas plantações, tivesse acontecido isto, a cor escura, e não a branca —, seria a que hoje, muito provavelmente, gozaria de prestígio. Ser branco provavelmente seria então, um obstáculo, trazendo decisiva desvantagem, dado que, desde muito tempo, a cor branca se teria imposto como um símbolo da posição "inferior". Os brancos prefeririam, pois, ser pretos e ter filhos mais escuros do que eles próprios.

5. A influência restritiva da cor *a*) varia na razão inversa de sua intensidade (como, aliás, acontece com todos os outros critérios de posição social); *b*) não é o critério *determinativo*, como na África do Sul ou nos Estados Unidos, mas apenas *um* dentre uma série de circunstâncias condicionantes, de caráter semelhante (para a maioria das pessoas), à idade, sexo, falta de aptidões, de instrução, ou de outra competência pessoal, ou ainda carência de meios financeiros; *c*) varia com o indivíduo e com as circunstâncias; *d*) pode mudar para sempre durante a vida dum indivíduo; *e*) pode ter menos importância do que se afigurou a alguns observadores; e *f*) pode acusar tendência para diminuir, à proporção que aparecem cada vez mais indivíduos a demonstrar a sua capacidade para sobrepujar a influência limitativa da cor, com a posse de alguns outros critérios de posição social (isto, naturalmente, na suposição de que as mudanças agora em curso nas estruturas econômicas e sociológicas não venham a alterar esta tendência).

6. Embora ocorram, sem dúvida, casos de discriminação com pessoas de cor, eles não são, necessariamente, devidos apenas à cor. Em qualquer caso a ser considerado, as circunstâncias são complexas e merecem um estudo profundo. Se acontece de a discriminação ser única ou principalmente consequência da cor, na maior parte dos casos, isso sucederá porque a cor é, como já indicamos, um dos critérios de posição social. Porém, em nenhuma parte do Brasil tal discriminação terá o apoio da opinião pública. Ao contrário, é alvo duma reprovação geral e severa, tanto na imprensa como noutros setores, e os legisladores apressam-se a aprovar medidas legais de repressão contra uma ocorrência dessa natureza. Em outras palavras, a opinião e a ação pública põem-se invariavelmente a favor da parte mais escura da população, e nunca contra ela.

7. Não obstante isso, em qualquer situação de conflito pessoal, a falta de um dos critérios de *status* — a saber, a cor clara

—, exatamente como a ausência de qualquer outro critério, pode ser aproveitada por um competidor com desvantagem para a pessoa de cor.

8. Numerosos ditos populares visando os africanos e seus descendentes (comparar Apêndice B mais adiante), e gerados durante a época da escravatura, que há tempos perderam tôdas ou a maior parte das suas funções como estereótipos (cfr. Florestan Fernandes 1959:328), são ocasionalmente empregados por brancos, mas, em geral, com um sorriso e um ar de gracejo, bem como na ausência de pessoas de cor. Além disso, o comportamento manifesto tende a desmentir esses ditos vulgares, que até são usados pelas próprias pessoas de cor em tom chistoso. Contudo, eles são os vestígios duma relação de patrão para subordinado numa antiga ordem de casta, representando, como tal, ameaça do *status* em caso de situações passíveis de conflito pessoal, e também contribuindo para o possível desenvolvimento de consciência de grupo.

A estas hipóteses pode ser acrescentada a seguinte, sugerida por Wagley (1963b:154):

9. "A oportunidade para pessoas de cor elevarem o seu *status* (...) varia consideravelmente de comunidade para comunidade, de acordo com as possibilidades que lhes são oferecidas".

Outra afirmação de Wagley, isto é, a de que "na sociedade rural brasileira há uma rígida estrutura de classe", parece ser válida para todo o Brasil, fora, é claro, das áreas rurais pioneiras de povoação e desenvolvimento econômico. Podem-se também considerar, a este respeito, as observações de Hutchinson (1963:45-6) sobre a Vila Recôncavo, segundo as quais "a população está ganhando (...) consciência de classe" e "existe um desejo crescente em subir na hierarquia social"; do mesmo modo como consideraremos a descoberta de Harris (1963:79) dum certo grau de tensão, em Minas Velhas, no seio do grupo intermediário de classe aí existente; e também certos dados dos estudos levados a efeito no centro e sul do Brasil. Estas e ainda outras considerações sugerem a seguinte hipótese adicional:

10. Tanto a mobilidade social como também a consciência de classe estão aumentando; e este aumento pode conduzir à intensificação da consciência de cor, principalmente nas camadas intermediárias, devido 1) a serem as linhas de classe relativamente rígidas, e 2) a cor ser, — como vimos —, um dos (vários) critérios de posição social.